

MAURO CAMPBELL MARQUES
COORDENADOR GERAL

BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA
FABIANO DA ROSA TESOLIN
VINÍCIUS SILVA LEMOST
COORDENADORES

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL

Londrina/PR
2023

**THOTH**
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Relevância da questão Federal no
Recurso Especial / Coordenadores:
Mauro Luiz Campbell Marques, *et. al.* –
Londrina, PR: Thoth, 2023.

476 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-388-0

1. Direito Processual Civil 2. Recurso
Especial 3. Relevância. I. Marques,
Mauro Luiz Campbell (coord.) *et. al.*

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

1228673

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

COORDENADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	23

CAPÍTULO 1

Ana Flávia Borges Paulino

César Augusto Cunha Campos

ASPRESUNÇÕES DAS HIPÓTESES DE RELEVÂNCIA E A NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO DO FILTRO CONSTITUCIONAL

37

1 A ferramenta dos precedentes

37

2 Do conceito da relevância e da presunção

40

3 Discussões acerca da presunção

42

4 Da necessidade da regulamentação

43

5 Observações finais

45

Referências

45

CAPÍTULO 2

Ruy Alves Henriques Filho

Anna Luisa Borges Klotz

João Rodolfo Siqueira

O FILTRO DA RELEVÂNCIA COMO NOVO PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL

47

Referências

54

CAPÍTULO 3

Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave

A EMENDA CONSTITUCIONAL 125/2022 E O DIREITO INTERTEMPORAL

57

Introdução

57

1 Premissas essenciais e direito intertemporal no processo

58

1.1 Direito adquirido processual	60
1.2 Publicação da decisão e interposição do recurso.....	64
2 O direito adquirido e a demonstração de relevância	66
Considerações finais	71
Referências	72

CAPÍTULO 4

Andrea Boari Caraciola

Carlos Augusto de Assis

A RELEVÂNCIA NO RECURSO ESPECIAL E A CONHECIDA REPERCUSSÃO GERAL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO: O QUE A EXPERIÊNCIA PASSADA NOS INDICA QUE DEVEMOS MUDAR NO CPC.....

1 A necessidade da repercussão geral e da relevância. O acúmulo de recursos excepcionais.	75
2 A introdução da relevância via constitucional e a necessidade de regulamentação.....	79
3 Os dispositivos do CPC que se referem a repercussão geral: deverão ser igualmente alterados para incluir a menção à relevância do RESP? Repercussão geral é substancialmente a mesma coisa que relevância?	81
3.1 Preliminarmente: qual é o sentido que o legislador pretende dar ao novo instituto?	81
3.2 A ampla publicidade do art. 979.....	83
3.3 A presunção de repercussão geral do art. 987, § 1.º	84
3.4 A admissibilidade da reclamação com repercussão geral reconhecida – art. 988.....	85
3.5 Desistência do recurso com repercussão geral reconhecida – art. 998.....	86
3.6 Negativa de seguimento de RE por não ter repercussão geral, segundo decisão do STF. A negativa pelo fato de o recurso contrariar entendimento da tese de repercussão geral. O recurso cabível.....	87
3.7 A regra de fungibilidade do art. 1032 e o procedimento de adaptação.....	88
Referências	89

CAPÍTULO 5

Darci Guimarães Ribeiro

Afonso Vinício Kirschner Fröhlich

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL: ALGUMAS DISCUSSÕES À LUZ DA EFICIÊNCIA PROCESSUAL E DO DEVER DE FUNDAMENTAR.....

Introdução	92
------------------	----

1 A relevância e a sua relação com a eficiência processual.....	94
2 O papel exercido pelo Superior Tribunal de Justiça na delimitação da relevância.....	98
3 A fundamentação como garantidor da legitimidade da decisão sobre a relevância.....	103
Considerações finais	106
Referências	108

CAPÍTULO 6

Andre Roque

Fernando Gajardoni

Luiz Dellore

Zulmar Duarte

PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE A EC 125 E O REQUISITO DA RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL (RESP COM RQF)	113
Introdução.....	114
1 O requisito da relevância já é aplicável ou há necessidade de se aguardar a lei regulamentadora? Ou seja: já precisamos considerar a EC nos recursos especiais a serem elaborados?	116
2 Há hipóteses de relevância presumida ou relevância por força de lei (<i>ex lege</i>)? Trata-se de presunção absoluta ou relativa?	118
3 Podem existir outras hipóteses de relevância da questão federal (RQF)? E eventuais outras hipóteses já poderiam ser aplicadas hoje?	122
4 De quem é a competência para análise da existência de relevância da questão federal (RQF)?	123
5 Existindo a relevância da questão federal (RQF), seguem sendo necessários os demais requisitos de admissibilidade do REsp?	124
Referências	125

CAPÍTULO 7

Bruno Augusto Sampaio Fuga

Relevância jurídica no Recurso Especial e Art. 105, §2º da Constituição. Necessária alteração legislativa para efetiva racionalidade	127
1 Da necessidade de alteração legislativa para efetiva racionalidade	127
Referências	133

CAPÍTULO 8**Dierle Nunes****Cícero Lisboa****Camila Bambirra**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL: EMENDA CONSTITUCIONAL 125/22	135
Considerações iniciais.....	136
1 Superior Tribunal de Justiça: sua criação e alguns novos rumos	138
1.1 A criação de hipóteses de “presunção” de relevância	142
Considerações finais	145
Referências	146

CAPÍTULO 9**Daniel Octávio Silva Marinho****Vanderlei Garcia Junior**

A REALIDADE DOS CONFLITOS E O NOVO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAIS: A EC Nº 125/2022 E A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL.....	149
1 A realidade dos conflitos e o quantitativo processual nos Tribunais Superiores.....	150
2 Os requisitos de admissibilidade dos Recursos Especiais, o novo filtro da relevância e o procedimento para seu reconhecimento	155
3 A relevância da questão federal e o direito intertemporal.....	160
Referências	162

CAPÍTULO 10**Luiz Rodrigues Wambier****Evie Malafaia**

O PAPEL DA LEI REGULAMENTADORA NA MITIGAÇÃO DA ESTADUALIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL.....	165
1 Considerações iniciais.....	165
2 Estadualização da interpretação da lei federal.....	166
3 Hipóteses a serem contempladas pela lei regulamentadora	169
3.1 Acórdãos proferidos em ação civil pública.....	169
3.2 Acórdãos proferidos no julgamento de IRDR.....	169
3.3 Recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, ‘c’ da Constituição Federal.....	170
3.4 Defesa de garantias processuais também consagradas na Constituição Federal.....	170
3.5 Acórdãos que contrariem tese de direito firmada em sede de recurso especial	

repetitivo ou súmula	171
3.6 Leading cases.....	171
Conclusão.....	171
Referências	172

CAPÍTULO 11

Edilson Vitorelli

A RELEVÂNCIA NO RECURSO ESPECIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DECISÕES JUDICIAIS ERRADAS	175
Introdução.....	175
1 Sobre decisões certas e decisões erradas	176
2 O problema das decisões nem certas, nem erradas	178
3 A Relevância no Recurso Especial	180
Conclusão	183

CAPÍTULO 12

Eduardo Arruda Alvim

Guilherme Pimenta da Veiga Neves

Rosane Pereira dos Santos

PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES DO FILTRO DA RELEVÂNCIA NA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL	185
1 Justificativa e contexto histórico da relevância como filtro de admissibilidade recursal.....	185
2 Questões relevantes na aplicação do filtro da relevância.....	188
2.1 Entrada em vigor da EC 125/2022, norma constitucional de aplicabilidade imediata.....	190
2.2 Natureza jurídica e conceito do termo “relevância”	194
2.2.1 As hipóteses elencadas no art. 105, § 3º, I a VI, da CF/88 (presunção absoluta de relevância).....	196
2.3 Expectativa de alcance das decisões e aspectos procedimentais próprios da sistemática da relevância, nos múltiplos aspectos a serem regulamentados. Considerações finais.....	198
Referências	199

CAPÍTULO 13

Fabiano da Rosa Tesolin

João Pires de Carvalho Junior

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL: ENTRE O FILTRO RECURSAL E A FORMAÇÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	201
Referências	217

CAPÍTULO 14**Guilherme Antunes da Cunha****Felipe Scalabrin**

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL: UM NOVO DESENHO DECISÓRIO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA?	219
1 Considerações iniciais	219
2 A função constitucional do Superior Tribunal de Justiça.....	221
3 O desenho decisório da repercussão geral no STF	225
4 Proposta de desenho decisório no STJ a partir da relevância da questão federal.....	229
Referências	232

CAPÍTULO 15**Frederico Augusto Leopoldino Koehler****Silvano José Gomes Flumignan**

PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE A FUTURA REGULAMENTAÇÃO DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE DIREITO FEDERAL.....	235
1 Considerações iniciais.....	235
2 Antes de tudo: a exigência de relevância da questão federal é imediata?	236
3 Em que consiste a relevância da questão federal?	237
4 Órgão competente e quórum de votação	238
5 Hipóteses de presunção da relevância da questão federal.....	240
6 Plenário Virtual e detalhes do procedimento de votação.....	243
7 Incorporação de práticas presentes na apreciação da repercussão geral.....	244
Considerações finais	247
Referências	247

CAPÍTULO 16**Antônio Pereira Gaio Júnior**

NOTAS SOBRE O REQUISITO DA RELEVÂNCIA (EC N.125) NO CONTEXTO DO PROCESSO E DESENVOLVIMENTO	251
1 Processo e Desenvolvimento. Um introito.....	251
2 O requisito da Relevância e a inteligência da EC n.125.....	253
Referências	256

CAPÍTULO 17**Gilberto Gomes Bruschi****Mônica Bonetti Couto**

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A INTERPOSIÇÃO DO

RECURSO ESPECIAL APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 125, DE 2022.....	257
1 O Superior Tribunal de Justiça e o recurso especial – noções gerais.....	257
1.1 Hipóteses de cabimento	261
1.2 Recurso de fundamentação vinculada	264
2 Requisitos específicos de admissibilidade	265
3 Cuidados com a jurisprudência defensiva.....	268
4 A arguição de relevância da questão federal como “requisito específico”....	271
4.1 Necessidade de lei específica para delimitar a abrangência das hipóteses do § 2º do art. 105, III, da Constituição Federal.....	274
Referências	275

CAPÍTULO 18

Gisele Welsch

A RELEVÂNCIA NO RECURSO ESPECIAL: CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS PARA A REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DO FILTRO RECURSAL PREVISTO NA EC 125/22	277
Referências	282

CAPÍTULO 19

Guilherme Veiga Chaves

A IMPLANTAÇÃO DA RELEVÂNCIA NO REGIME DE JULGAMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS E O IMPACTO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO STJ SOBRE AS CORRESPONDENTES QUESTÕES RELEVANTES.....	285
Introdução.....	285
1 A função do Superior Tribunal de Justiça.....	288
2 Julgar menos para julgar melhor: a importância do filtro da relevância.....	288
3 Os dois caminhos sobre a relevância para fins de julgamento pela Corte Superior	290
3.1 Consequências das decisões proferidas em repercussões gerais no STF... 291	
3.1.1 Como funciona a repercussão geral na prática	296
3.2 Consequências das decisões de transcendência no TST.....	299
4 A escolha a ser tomada pelo STJ e as suas consequências	301
4.1 O caminho da relevância como procedimento de admissibilidade de teses: Corte de Precedente.....	301
4.2 O caminho da relevância como mero filtro recursal.....	303
Conclusão.....	303
Referências	304

CAPÍTULO 20**Marcelo Mazzola****Humberto Santarosa de Oliveira**

A ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA NO RECURSO ESPECIAL SOB O PONTO DE VISTA DE DOIS ADVOGADOS	307
1 Considerações introdutórias.....	307
2 A arguição de relevância na prática: recomendações e atenção.....	308
3 A exposição da relevância pelo advogado: a repercussão geral do recurso extraordinário como baliza a ser observada.....	310
4 As hipóteses previamente positivadas como relevantes	311
5 A arguição de relevância e os fundamentos jurídicos autônomos e independentes do Recurso Especial.....	314
Conclusões	315
Referências	315

CAPÍTULO 21**Isabelle Almeida Vieira**

REFLEXÕES INICIAIS A RESPEITO DA PRESUNÇÃO DE RELEVÂNCIA JURÍDICA NAS AÇÕES CUJO VALOR DA CAUSA SUPERA 500 SALÁRIOS-MÍNIMOS.....	317
Introdução.....	317
1 Breves aportes acerca da legitimidade do critério econômico-monetário de presunção da relevância jurídica	318
2 O valor da causa como filtro recursal no direito comparado	322
3 Discussões a respeito da adequação do patamar de 500 salários-mínimos ..	323
Considerações finais	327
Referências	328

CAPÍTULO 22**José Henrique Mouta Araújo****Rodrigo Nery**

EMENDA DA RELEVÂNCIA: UM PANORAMA DAS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS.....	331
Referências	339

CAPÍTULO 23**Lenio Luiz Streck**

EMENDA DA RELEVÂNCIA: DA SOLUÇÃO DO PROBLEMA AOS PROBLEMAS DA SOLUÇÃO	341
Notas introdutórias.....	341

1 Os sentidos da relevância	342
2 Da solução dos problemas aos problemas da solução.....	345
3 Em busca de uma efetividade perdida(?).....	347
4 À guisa de conclusão: há soluções?.....	348
Conclusão — relevância para que(m)?	350
Referências	351

CAPÍTULO 24

Leonardo Carneiro da Cunha

RELEVÂNCIA JURÍDICA EM RECURSO ESPECIAL	353
Introdução.....	353
1 Conceito jurídico indeterminado.....	354
2 Norma constitucional de eficácia limitada.....	354
3 Hipóteses de presunção absoluta da relevância da questão federal no recurso especial.....	355
4 A relevância da questão federal no recurso especial <i>versus</i> a repercussão geral no recurso extraordinário.....	358
5 A relevância da questão federal no recurso especial <i>versus</i> a transcendência no recurso de revista	360
6 Direito intertemporal.....	361
7 Procedimento para exame da relevância da questão federal em recurso especial.....	364
8 Decisão da turma e os embargos de divergência sobre a relevância da questão federal em recurso especial.....	365
Conclusão.....	366
Referências.....	366

CAPÍTULO 25

Luiz Henrique Krassuski Fortes

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL: O PROBLEMA DA SOLUÇÃO PREMATURA DE DIVERGÊNCIAS INTERPRETATIVAS E ALGUMAS SUGESTÕES PARA REGULAMENTAÇÃO/OPERAÇÃO DO INSTITUTO.....	367
Referências.....	376

CAPÍTULO 26

Marco Aurélio Ventura Peixoto

Renata Cortez Vieira Peixoto

A CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE COMO HIPÓTESE DE PRESUNÇÃO DE RELEVÂNCIA DA QUESTÃO	
--	--

FEDERAL.....	379
Referências	387

CAPÍTULO 27

Maximiliano Ferreira Tamer

ASPECTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO FILTRO DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	389
1 Histórico.....	389
2 A Emenda Constitucional n.º 125, de 2022.....	391
2.1 Tramitação legislativa	391
3 Questões polêmicas para implementação da relevância da questão federal. 394	
3.1 Procedimento de análise da relevância da questão federal.....	394
3.2 Órgão interno competente para análise da relevância da questão federal. 396	
3.3 Marco temporal para exigência da demonstração da relevância	397
4 Efeitos	398
Referências	400

CAPÍTULO 28

Murilo Teixeira Avelino

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL NO RECURSO ESPECIAL – PRIMEIRAS REFLEXÕES	401
1 Generalidades	401
2 Caracterização e hipóteses de relevância.....	402
2.1 Nos casos previstos em lei (ainda: a exigibilidade imediata do requisito constitucional).....	403
2.2 Nos casos previstos na Constituição	405
2.3 Quando o acórdão recorrido tiver sido proferido em julgamento de Incidente de resolução de demandas repetitivas	408
3 Diretriz de atuação: tópico específico nas razões recursais.....	409
4 Presunção de relevância e suas funções (admissibilidade e formação de precedente vinculante).....	410
4.1 Relevância da questão como requisito de admissibilidade de recurso	412
4.2 Relevância da questão como técnica de formação de precedente vinculante.412	
4.2.1 Conflito entre a tese fixada pela (ir)relevância da questão e casos de relevância legal/constitucional.....	415
Conclusões	416
Referências	418

CAPÍTULO 29**Paulo Mendes**

RELEVÂNCIA NO RECURSO ESPECIAL. UM REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE OU UMA TÉCNICA DE JULGAMENTO?	421
1 Considerações iniciais.....	421
2 Breve panorama da repercussão geral no recurso extraordinário	424
3 Qual o modelo processual a ser adotado pelo STJ a partir da criação do filtro da relevância?	432
Referências	433

CAPÍTULO 30**Ravi Peixoto**

A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE DIREITO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL E O DIA DEPOIS DE AMANHÃ (OU O QUE FAZER NA LEI REGULAMENTADORA).....	435
Introdução.....	435
1 A relevância como filtro de admissibilidade individual.....	436
2 A relevância como instrumento de formação de precedentes obrigatórios.	437
3 A relevância da questão federal: principais desafios da regulamentação.....	438
4 Proposta de alteração legislativa	443
Conclusões	445
Referências	446

CAPÍTULO 31**Renato Castro**

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL E CAUSAS RELEVANTES: UMA COISA É UMA COISA	449
Referências	456

CAPÍTULO 32**Sandro Marcelo Kozikoski****William Soares Pugliese**

A RELEVÂNCIA E O DIREITO INTERTEMPORAL: VIGÊNCIA E QUESTÕES PRÁTICAS.....	457
1 O problema: vigência e implementação do filtro de relevância.....	458
2 Direito intertemporal e a arguição de relevância nos recursos especiais	461
3 Questões práticas decorrentes da relevância	463
Referências	465

CAPÍTULO 33**Vinicius Silva Lemos**

A RELEVÂNCIA COMO UM INSTITUTO EM CONSTRUÇÃO: A NECESSIDADE E A IMPORTÂNCIA DA FUTURA LEI REGULAMENTADORA.....	467
Introdução.....	467
1 A relação e as suas possibilidades: entre filtro de admissibilidade individual ou formação de precedente judicial vinculante.....	469
1.1 A relevância como possível filtro de admissibilidade individual	470
1.2 A relevância como possível meio de formação de precedente judicial vinculante	472
Referências	476